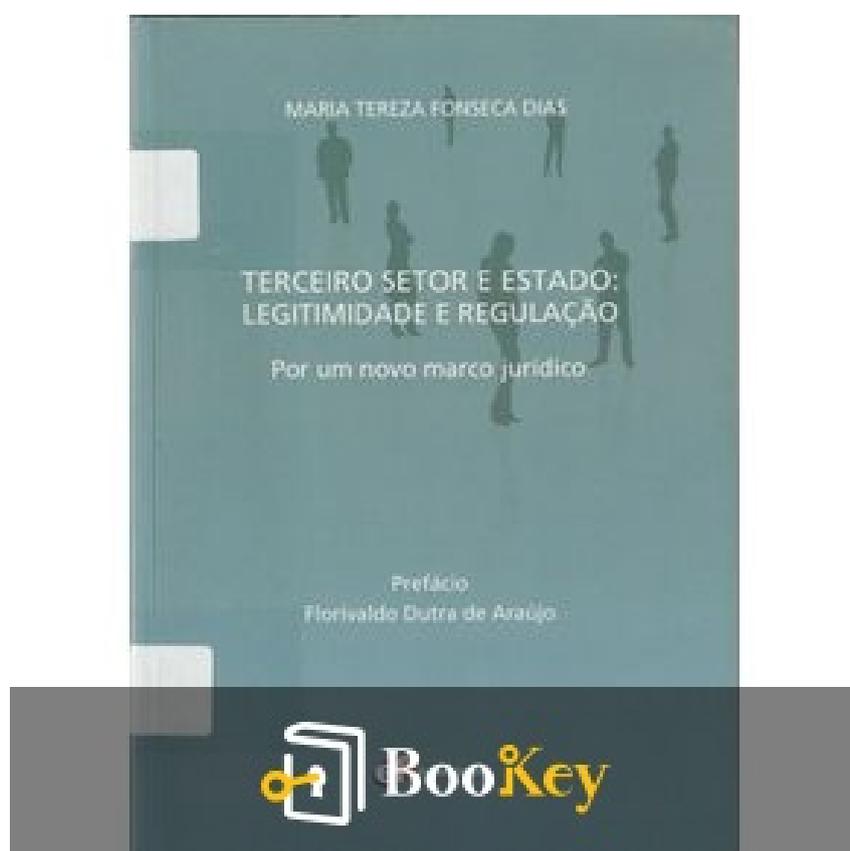


# Terceiro Setor E Estado Legitimidade E Regulação - Por Um Novo Marco Jurídico PDF

MARIA TEREZA FONSECA DIAS



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

# Sobre o livro

## Descrição do Produto

A autora, diante da crise das incertezas na epistemologia, traz à tona um debate enriquecedor sobre o papel do Estado em relação ao terceiro setor.

Com uma sólida experiência em metodologias científicas e um envolvimento ativo em diversas esferas do sistema político-administrativo, ela transforma um tema que estava à margem na literatura jurídica em um eixo central para a aplicação da Teoria Discursiva do Direito e da Democracia de Jürgen Habermas. Sua abordagem serve como uma ponte para explorar as ideias mais inovadoras e provocativas na (des)construção do Direito Administrativo.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

# Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



# Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mi

## Visões dos melhores livros do mundo

amento  
pos

Os 7 Hábitos das  
Pessoas Altamente  
Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5  
da Manhã



Como Fazer Amigos  
e Influenciar  
Pessoas



Com  
Não

Teste gratuito com Bookey





# Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



## Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



## Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



## Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



## E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





# As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

# **Terceiro Setor E Estado Legitimidade E Regulação - Por Um Novo Marco Jurídico Resumo**

**Escrito por IdeaClips**

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

# Quem deve ler este livro Terceiro Setor E Estado Legitimidade E Regulação - Por Um Novo Marco Jurídico

O livro "TERCEIRO SETOR E ESTADO: LEGITIMIDADE E REGULAÇÃO - POR UM NOVO MARCO JURÍDICO", de Maria Tereza Fonseca Dias, é recomendado para acadêmicos e profissionais das áreas de direito, administração pública, e estudos sociais que se interessam pela interface entre o Direito e as organizações do terceiro setor. Gestores de ONGs, ativistas sociais e formuladores de políticas públicas também encontrarão insights valiosos sobre a regulação e a legitimidade das ações do terceiro setor no Brasil, assim como pesquisadores que desejam aprofundar suas discussões sobre os desafios enfrentados por essas instituições em um contexto jurídico em transformação.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

# Principais insights de Terceiro Setor E Estado Legitimidade E Regulação - Por Um Novo Marco Jurídico em formato de tabela

Tema	Descrição
Título	Terceiro Setor e Estado: Legitimidade e Regulação - Por um Novo Marco Jurídico
Autor	Maria Tereza Fonseca Dias
Contexto	O livro discute a relação entre o terceiro setor e o Estado, propondo um novo marco jurídico para melhor regulamentar essa interação.
Objetivo	Analisar a legitimidade do terceiro setor e propor soluções para as lacunas de regulação existentes.
Estrutura do Livro	O livro é dividido em capítulos que abordam: a definição do terceiro setor, a sua função social, a relação com o Estado, questões de legitimidade e propostas de regulação.
Capítulo 1	Definição e características do terceiro setor.
Capítulo 2	Funções sociais e benefícios do terceiro setor.
Capítulo 3	A relação do terceiro setor com o Estado: cooperação e conflito.
Capítulo 4	Legitimidade: desafios e criticidades enfrentados pelo terceiro setor.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

<b>Tema</b>	<b>Descrição</b>
Capítulo 5	Propostas para um novo marco jurídico: regulamentação, incentivos e supervisão.
Conclusão	A importância de uma relação harmoniosa e regulada entre o Estado e o terceiro setor para a promoção do bem-estar social.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

# **Terceiro Setor E Estado Legitimidade E Regulação - Por Um Novo Marco Jurídico Lista de capítulos resumidos**

1. Contextualização do Terceiro Setor no Brasil: Histórico e Relevância
2. A Relação Entre o Terceiro Setor e o Estado: Desafios Legais e Éticos
3. A Questão da Legitimidade no Terceiro Setor: Teorias e Práticas
4. Regulação do Terceiro Setor: Propostas para um Novo Marco Jurídico
5. Implicações Sociais e Econômicas da Regulação do Terceiro Setor
6. Caminhos para a Futuras Interações entre o Estado e o Terceiro Setor

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

# 1. Contextualização do Terceiro Setor no Brasil: Histórico e Relevância

O Terceiro Setor no Brasil emerge como um espaço crucial para a promoção da cidadania, da justiça social e da efetivação de direitos. Sua origem remonta a um contexto histórico específico, que se intensificou a partir dos anos 1980, quando o país buscou alternativas à precarização das políticas públicas e a ausência do Estado em diversas áreas sociais. Nesse período, as organizações civis, com uma nova roupagem, começaram a se estruturar como um campo de atuação relevante, trazendo uma proposta de intermediação entre o poder público e a sociedade, especialmente em setores antes negligenciados como educação, saúde e assistência social.

A relevância do Terceiro Setor se torna ainda mais evidente no cenário contemporâneo, marcado por crises sociais, econômicas e políticas. Organizações não governamentais, fundações, associações e demais entidades sem fins lucrativos passaram a desempenhar um papel fundamental na criação e implementação de políticas públicas, além de atuar em situações de emergência e calamidade, complementando a atuação estatal. Essas práticas não apenas contribuem para o atendimento das demandas sociais, mas também reforçam a ideia de uma sociedade civil engajada e proativa, capaz de influir diretamente no processo de construção democrática.



Adicionalmente, é relevante mencionar o cenário de mudança na relação entre o Estado e as entidades do Terceiro Setor, especialmente em um contexto onde a transparência, a prestação de contas e a responsabilidade social ganham importância. O fortalecimento de uma cultura de filantropia e a crescente participação de empresas em projetos sociais evidenciam a evolução desse segmento, que se adapta e busca regulamentação e reconhecimento legal. No entanto, essa transição não ocorre sem desafios. A falta de um marco regulatório claro e eficaz coloca o Terceiro Setor numa posição de incerteza, comprometendo sua atuação e sua capacidade de gerar impacto positivo.

Assim, a contextualização do Terceiro Setor no Brasil é fundamental não apenas para compreender suas origens e sua importância na sociedade atual, mas também para discutir as questões de legitimidade e regulação que permeiam sua existência. Ao examinar essa trajetória histórica, fica claro que o Terceiro Setor é uma parte integral da sociedade civil brasileira, com potencial para coadjuvar na construção de um estado mais justo e igualitário, desde que sejam criadas condições favoráveis para seu desenvolvimento e reconhecimento.



## 2. A Relação Entre o Terceiro Setor e o Estado: Desafios Legais e Éticos

A relação entre o Terceiro Setor e o Estado brasileiro delinea um cenário complexo e multifacetado, repleto de desafios legais e éticos que precisam ser (re)pensados à luz das demandas contemporâneas da sociedade. O Terceiro Setor, composto por organizações da sociedade civil, assume um papel fundamental no atendimento de diferentes necessidades sociais e na promoção de direitos, mas enfrenta um constante embate com a burocracia estatal e a definição de seu alcance e atuação.

Os desafios legais emergem principalmente da falta de uma legislação clara e abrangente que regule as interações entre essas organizações e o setor público. O atual marco regulatório, embora tenha avançado em algumas áreas, ainda apresenta lacunas significativas que dificultam a implementação de parcerias efetivas. Tais falhas podem resultar na fragmentação de políticas públicas, no recurso inadequado de recursos e na falta de mecanismos de accountability que assegurem à sociedade civil o monitoramento das ações realizadas, promovendo, assim, um verdadeiro espaço de participação cidadã.

Além das questões legais, os dilemas éticos são igualmente cruciais para compreender a relação entre o Terceiro Setor e o Estado. A busca por legitimação por parte das organizações não governamentais pode levá-las a



um estado de dependência em relação ao poder público, comprometendo suas pautas e a autonomia necessária para a defesa de suas causas. Este cenário suscita questões sobre a independência do Terceiro Setor e a sua capacidade de promover mudanças sociais sem ceder às pressões do governo ou das políticas públicas vigentes.

Outro aspecto importante a ser considerado é a necessidade de transparência e integridade nas ações do Terceiro Setor. A combinação da ausência de mecanismos reguladores robustos e a falta de clareza nas práticas de governança podem prejudicar a confiança da sociedade em tais organizações. Assim, é imprescindível que elas cultivem uma cultura de transparência, que não só fomente a legitimidade, mas também crie laços mais fortes com os cidadãos.

O fortalecimento da relação entre o Terceiro Setor e o Estado passa, portanto, por um redimensionamento das disposições legais e pela elaboração de normas mais integradas que considerem as especificidades da atuação das organizações civis. Ressalta-se a importância de um diálogo contínuo e respeitoso entre os vários agentes envolvidos, garantindo que as vozes da sociedade civil sejam verdadeiramente escutadas e consideradas na formulação de políticas públicas.

Neste sentido, a construção de um novo marco jurídico deve priorizar a



autonomia do Terceiro Setor, assegurando que as organizações possam operar livremente e sem amarras excessivas, respeitando, ao mesmo tempo, a necessidade de prestação de contas e responsabilidade social. Ou seja, a relação entre o Terceiro Setor e o Estado deva ser estabelecida em bases que reconheçam a interdependência destes setores, propiciando uma atuação colaborativa que resulte em maior efetividade no atendimento às demandas sociais e na promoção de justiça e equidade.

Assim, abordar os desafios legais e éticos da relação entre o Terceiro Setor e o Estado é imprescindível para garantir a continuidade e a relevância desse setor na luta por direitos e pela transformação social, além de contribuir para um ambiente de maior respeito às normas democráticas e aos valores que fundamentam a vida em sociedade.

**Mais livros gratuitos no Bookey**



Digitalizar para baixar

### 3. A Questão da Legitimidade no Terceiro Setor: Teorias e Práticas

A legitimidade no Terceiro Setor é uma questão fundamental que permeia não apenas a prática das organizações, mas também sua aceitação e reconhecimento pela sociedade e pelas instituições públicas. Dentro deste contexto, o conceito de legitimidade pode ser analisado sob diferentes teorias e práticas que buscam esclarecer o papel e a função das entidades sem fins lucrativos no cenário social, econômico e político do Brasil.

Uma das principais teorias que se destacam na discussão da legitimidade no Terceiro Setor é a teoria da legitimidade social, que argumenta que para uma organização ser considerada legítima, ela deve atender às expectativas e às normas sociais do seu entorno. No Brasil, as organizações do Terceiro Setor têm se mostrado essenciais no atendimento de demandas sociais, especialmente em áreas onde o Estado é falho ou ausente. A sua atuação em campos como a educação, saúde, assistência social e cultura propicia um espaço onde a legitimidade é conquistada por meio da confiança e do reconhecimento da comunidade. Essa relação é reforçada pela transparência das ações desenvolvidas, que repercute positivamente na percepção que a sociedade possui sobre estas entidades.

Por outro lado, a teoria da legitimidade legal também se faz presente, levando em consideração a necessidade de que essas organizações estejam



fundamentadas em um arcabouço jurídico que valide suas atividades. No Brasil, a falta de um marco regulatório claro e consistente tem gerado desafios para as organizações do Terceiro Setor, que, por vezes, se veem em situações de insegurança jurídica. A regularização das atividades e a correta prestação de contas são essenciais não apenas para garantir a continuidade de suas atividades, mas também para assegurar que essas organizações sejam reconhecidas como legítimas e confiáveis.

Além das questões teóricas, as práticas que envolvem a construção da legitimidade no Terceiro Setor são igualmente complexas. A interação com a sociedade civil é uma delas, onde o envolvimento ativo da comunidade nas decisões e ações das organizações é crucial. Projetos que incluem a participação da população no planejamento e na execução das atividades tendem a ser mais bem recebidos e a gerar um maior sentimento de pertencimento. Essa co-participação é um poderoso mecanismo de legitimação, pois estabelece um vínculo direto entre as necessidades da comunidade e as ações das organizações, reforçando sua relevância social.

Outro elemento importante que permeia a questão da legitimidade no Terceiro Setor é a necessidade de atuação ética. A responsabilização e a ética nas práticas organizacionais são fundamentais para a conquista da confiança por parte da sociedade. Escândalos que expõem práticas irresponsáveis ou corruptas podem afetar não apenas uma única organização, mas todo o setor,



levando a um descrédito generalizado. Assim, a legitimação do Terceiro Setor passa obrigatoriamente pela promoção e adesão a padrões éticos elevados e pela promoção de práticas de governança que assegurem a integridade das ações desenvolvidas.

Por fim, a questão da legitimidade no Terceiro Setor envolve um complexo entrelaçamento entre teoria e prática, que busca sempre encontrar formas de validação e aceitação por parte da sociedade e do Estado. A construção de uma identidade sólida, associada à transparência, à participação comunitária e à responsabilidade ética, são pilares que sustentam a legitimidade e a relevância das organizações do Terceiro Setor no Brasil contemporâneo.

**Mais livros gratuitos no Bookey**



Digitalizar para baixar

## 4. Regulação do Terceiro Setor: Propostas para um Novo Marco Jurídico

A regulação do Terceiro Setor no Brasil apresenta-se como uma questão central para garantir o desenvolvimento deste espaço de atuação social, tendo em vista sua crescente relevância na promoção de políticas públicas e no fomento à cidadania. A partir das práticas observadas e dos desafios encontrados, emerge a necessidade de um novo marco jurídico que detalhe as responsabilidades, direitos e deveres das organizações da sociedade civil, além de estabelecer formas efetivas de supervisão e incentivo por parte do Estado.

Um primeiro ponto a ser abordado nas propostas para este novo marco jurídico é a necessidade de uma definição clara sobre o que configura uma organização do Terceiro Setor. É fundamental que a legislação defina critérios objetivos, permitindo a diferenciação entre entidades sem fins lucrativos, cooperativas e outras formas de organizações, o que facilitará a regulamentação responsiva e específica para cada categoria.

Além disso, propõe-se a criação de um cadastro nacional de organizações do Terceiro Setor, que funcione como um banco de dados acessível e transparente. Este cadastro não só contribuiria para um maior controle social sobre as atividades das organizações, mas também possibilitaria uma melhor articulação entre elas e as políticas públicas, permitindo que o Estado



identifique potenciais parcerias e redirecione recursos de maneira mais eficiente.

Outro aspecto crucial diz respeito à regulamentação das parcerias entre o Terceiro Setor e o Estado. Devem ser estabelecidos procedimentos claros e transparentes para a celebração de convênios, contratos e termos de colaboração, que garantam a eficiência e a legalidade desses instrumentos. A proposta inclui a possibilidade de um regime de prestação de contas simplificado para entidades menores, de forma a reduzir a burocracia e estimular a inovação social.

A fim de fortalecer a legitimidade dessas organizações, o novo marco deve incluir diretrizes para a promoção da boa governança e da transparência nas operações do Terceiro Setor. Isso implica a criação de mecanismos que assegurem a participação da população na gestão das entidades, além de uma obrigatoriedade de relatórios de atividades e financeiras disponibilizados para o público.

Em relação à fiscalização, é igualmente importante que haja uma instância reguladora que acompanhe e avalie a atuação das organizações do Terceiro Setor, com foco na promoção de boas práticas, e não apenas na punição de desvios ou irregularidades. Essa instância poderia ser composta por representantes do Estado, da sociedade civil organizada e de especialistas,



preenchendo assim a lacuna entre a regulamentação e a prática cotidiana.

Por fim, o novo marco jurídico deve também prever incentivos fiscais e financeiros que possibilitem às organizações do Terceiro Setor um ambiente mais favorável ao seu funcionamento. Isso pode incluir a concessão de isenções tributárias, acesso a linhas de crédito específicas e a busca de fontes alternativas de financiamento, como parcerias com o setor privado e a criação de fundos voltados para a iniciativa social.

Essas propostas visam não apenas a regulação do Terceiro Setor, mas a construção de um ecossistema mais robusto e sustentável, onde o Estado e as organizações da sociedade civil possam atuar em conjunto em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

**Mais livros gratuitos no Bookey**



Digitalizar para baixar

## 5. Implicações Sociais e Econômicas da Regulação do Terceiro Setor

A regulação do Terceiro Setor no Brasil traz consigo uma série de implicações sociais e econômicas que reverberam tanto nas organizações da sociedade civil quanto na relação com o Estado e a população em geral. Uma abordagem cuidadosa e bem estruturada na regulação pode contribuir para a maximização dos impactos sociais positivos gerados por essas entidades, além de promover uma governança mais transparente e responsável.

Primeiramente, a segurança jurídica proporcionada por um novo marco regulatório facilita a atuação das organizações do Terceiro Setor, que se manifestam frequentemente como agentes de transformação social. Um ambiente regulatório claro e dinâmico pode atrair novos investimentos e fomentar parcerias entre o Estado, empresas e organizações não governamentais. A certeza legal em relação a incentivos fiscais e a possibilidade de captação de recursos são fatores que podem estimular a criação de projetos sociais inovadores, direcionados a necessidades específicas da comunidade.

Além disso, a regulação adequada do Terceiro Setor pode promover a inclusão social ao garantir que iniciativas sociais sejam realizadas em consonância com as políticas públicas. Quando bem reguladas, essas organizações podem atuar em áreas carentes, ajudando a suprir lacunas



deixadas pelo Estado, como na educação, na saúde e na proteção de grupos vulneráveis. Isso não só melhora a qualidade de vida de indivíduos e comunidades, mas também contribui para a redução de desigualdades socioeconômicas.

Por outro lado, a regulação não deve ser excessiva a ponto de inibir a atuação das organizações do Terceiro Setor. Impostos elevados ou burocracias excessivas podem desestimular a participação de cidadãos e empresas nessas iniciativas, levando a uma diminuição no número de projetos e ações sociais. Portanto, uma regulação equilibrada deve considerar as especificidades dessas organizações, promovendo sua autonomia e incentivando a inovação social.

Outro aspecto importante é a responsabilidade social corporativa (RSC), que pode ser potencializada por um marco regulatório que incentive as empresas a se envolverem mais ativamente com o Terceiro Setor. Quando as empresas vêem um ambiente regulatório favorável e transparente, há um estímulo maior para que invistam recursos em causas sociais, apoiando projetos que reflitam seus valores e missão.

Em resumo, as implicações sociais e econômicas da regulação do Terceiro Setor são amplas e multifacetadas. Assegurar uma regulação que não apenas legitime, mas também impulse a atuação do Terceiro Setor, pode gerar



benefícios cada vez maiores para a sociedade. Ao promover a transparência, a responsabilidade e a atuação integrada entre Estado e organizações civis, é possível criar um ciclo virtuoso que fortalece a coesão social e aprimora a efetividade das políticas públicas.

**Mais livros gratuitos no Bookey**



Digitalizar para baixar

## 6. Caminhos para a Futuras Interações entre o Estado e o Terceiro Setor

As interações entre o Estado e o Terceiro Setor no Brasil precisam ser desenvolvidas com um foco em sinergias e colaboração, visando à construção de um ambiente que promova o fortalecimento das entidades da sociedade civil e a eficácia das políticas públicas. Um primeiro passo crucial para essas futuras interações é o reconhecimento da importância do Terceiro Setor como parceiro estratégico no enfrentamento dos desafios sociais, econômicos e ambientais do país. Ao invés de encarar a legislação regulatória como uma barreira, é fundamental que o Estado adote uma postura de incentivo e fomento, acolhendo as iniciativas do Terceiro Setor em um marco de cooperação mútua.

Um dos caminhos mais viáveis para essa colaboração é a criação de canais de comunicação permanentes entre o governo e as organizações não governamentais. São necessárias plataformas que permitam um diálogo aberto, onde as experiências e soluções desenvolvidas pelas instituições da sociedade civil possam ser ouvidas e integradas às políticas públicas. Além disso, a realização de fóruns e eventos que reúnam o poder público e as entidades do Terceiro Setor pode facilitar o compartilhamento de desafios e boas práticas, contribuindo para a construção de um espaço colaborativo.

Outro aspecto importante é a construção de um novo marco jurídico que



reconheça a diversidade e as especificidades do Terceiro Setor. Esse marco deve garantir não apenas a segurança jurídica necessária para as entidades operarem, mas também flexibilidade para que possam inovar e responder rapidamente a novas demandas sociais. O incentivo a modelos de governança participativa é essencial, promovendo a inclusão de diferentes atores sociais na formulação e na execução das políticas públicas.

Além disso, a capacitação e o fortalecimento institucional das organizações da sociedade civil são fundamentais para criar uma base sólida que permita uma interação mais efetiva com o Estado. Investir em programas de formação para líderes e gestores do Terceiro Setor é uma estratégia que pode resultar em uma maior profissionalização e, conseqüentemente, em um desempenho melhor diante das exigências e oportunidades que surgem em parcerias com o governo.

Por fim, o estabelecimento de mecanismos de avaliação e prestação de contas torna-se imperativo. Implementar sistemas transparentes de monitoramento das parcerias e dos resultados alcançados pode aumentar a confiança mútua e alimentar um ciclo virtuoso de aprendizagem e aprimoramento nas interações entre o Estado e o Terceiro Setor. Com isso, ao se legitimar a capacidade do Terceiro Setor de contribuir para a sociedade, o Estado não apenas amplia a efetividade de suas políticas, mas também promove um ambiente de co-responsabilidade que beneficia a



todos.

**Mais livros gratuitos no Bookey**



Digitalizar para baixar

# 5 citações chave de Terceiro Setor E Estado Legitimidade E Regulação - Por Um Novo Marco Jurídico

1. A relação entre o Estado e o Terceiro Setor deve ser pautada pela cooperação, garantindo a efetivação dos direitos sociais e a promoção do bem-estar social.
2. A legitimidade das organizações do Terceiro Setor está intrinsecamente ligada à sua capacidade de se relacionar com a comunidade e atender às suas demandas.
3. A regulação do Terceiro Setor é fundamental para assegurar a transparência e a accountability, possibilitando um controle social efetivo.
4. Um novo marco jurídico para o Terceiro Setor deve refletir a pluralidade de suas ações e a diversidade das suas organizações, respeitando suas particularidades.
5. A construção de um modelo regulatório colaborativo pode fortalecer as parcerias entre o Estado e o Terceiro Setor, favorecendo a inovação e a sustentabilidade das políticas públicas.





Digitalizar para baixar



# Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

## Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

**Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais**

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

## Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

### Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min  
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

**DIA 21**  
Obter recompensa do desafio

0 vezes  
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

## Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar